

A. DADOS BÁSICOS DA EXPERIÊNCIA:

Nome da experiência: Orçamento Participativo e Orçamento Participativo Escolar		
Nome da cidade/região: Braga		
Entidade promotora: Câmara Municipal de Braga		
País: Portugal		
Data de início: maio de 2014		Data de finalização: dezembro de 2015
Tamanho da população: 182.494 habitantes		
Área: 183,4 km²		
Densidade: 989,61 habitantes/km²		
PIB per capita: 16.800,00 euros		
Principal setor econômico: comércio e serviços		
Tipo de experiência:	Orçamento participativo	X
Âmbito territorial	Conjunto do território	X
Âmbito temático	Governança	X
	Educação	X
	Transporte	X
	Gestão urbana	X
	Saúde	X
	Seguridade	X
	Meio ambiente e/ou agricultura urbana	X
	Novos movimentos sociais e associativismo	X
	Cultura	X
	Habitação	X
	Criação de trabalho	X
	Descentralização	X
	Desenvolvimento local	X
formação/capacitação	X	
Economia e/ou finanças	X	
Inclusão social	X	

B. FUNCIONAMENTO

DESCRIÇÃO DO CONTEXTO ONDE SE DESENVOLVEU A EXPERIÊNCIA

(econômico, técnico, sócio-político, organizativo...)

Como surgiu a experiência?

A experiência surgiu em 2014 no município de Braga, por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, realizando-se em 2015 pela segunda vez. O propósito é dar "um passo decisivo na construção de uma cidadania mais ativa e responsável. Esta é uma ferramenta que, na sua essência, devolve à sociedade civil um espaço e um tempo de intervenção".

OBJETIVOS

(explicar o/s objetivo/s que persegue a experiência)

O objetivo geral do Orçamento Participativo é incentivar a participação política dos cidadãos

do município de Braga, neles **delegando a decisão relativamente ao que fazer com uma parte do orçamento da autarquia**, no montante global de 750.000 euros. Uma parte desta verba (100.000 euros) destina-se ao Orçamento Participativo Escolar. Os 750.000 euros serão cabimentados no Orçamento de 2016 da Câmara Municipal de Braga.

As propostas apresentadas e votadas no âmbito do Orçamento Participativo são variadas e incentivaram a participação nas seguintes áreas: ambiente e energia; coesão social; equipamentos (melhoria ou reparação de equipamentos culturais, sociais, etc.); espaços públicos (jardins, parques, praças, etc.); património (material e imaterial); segurança e proteção civil; trânsito, mobilidade e acessibilidades; turismo, comércio e promoção económica. O Orçamento Participativo Escolar permitiu a concretização de projetos educativos de enorme relevância.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O Orçamento Participativo incluiu, desde o início do ano letivo que findou (setembro de 2014), ao longo do ano de 2015 até outubro, um conjunto diversificado de fases: iniciativas de divulgação do Orçamento Participativo; sessões públicas de esclarecimento e debate, dirigidas, umas vezes, à generalidade da população e, outras vezes, a setores específicos, particularmente os mais desprotegidos (deficientes, terceira idade, etc.) ou a alunos e professores; participação em colóquios e debates organizados por entidades diversas (como, por exemplo, um partido político sem representação no executivo municipal e a Universidade do Minho); encontros regulares de trabalho com cidadãos que quiseram participar mais ativamente; apresentação de propostas; análise técnica das propostas; divulgação da lista dos projetos aprovados e dos recusados, com a explicitação dos motivos de aceitação ou recusa; exposição e ampla divulgação dos projetos; e votação, em duas fases, dos projetos.

No âmbito das iniciativas de mobilização dos cidadãos, pode ainda referir-se a realização de sessões em múltiplas freguesias do município. As campanhas de divulgação, que passaram pela presença do coordenador do Orçamento Participativo em espaços públicos durante vários fins-de-semana, também aproveitaram a generalidade de suportes publicitários disponíveis.

As propostas apresentadas contemplaram todas as áreas possíveis e foram subscritas por cidadãos de todas as idades e da generalidade das freguesias do concelho.

LIDERANÇA DA INICIATIVA E CORRESPONSABILIDADE DOS DIFERENTES ATORES.

(Quem impulsiona o processo. Quais são as tarefas, funções e responsabilidades de cada ator envolvido no processo)

O processo tem um coordenador, na dependência do Presidente da Câmara Municipal, e uma equipa informática. O Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal e os diversos serviços da autarquia prestam apoio nas distintas fases do processo.

TRANSVERSALIDADE E COORDENAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES OU COM OUTROS DEPARTAMENTOS DO MESMO GOVERNO MUNICIPAL.

Os departamentos da autarquia estão envolvidos ativamente no Orçamento Participativo, cabendo-lhes avaliar tecnicamente todas as propostas submetidas pelos cidadãos, verificando a sua conformidade com os parâmetros definidos. Em seguida, compete-lhes adaptar a projeto as que o estiverem. Os departamentos da Câmara Municipal encarregam-se ainda de fornecer aos cidadãos que apresentem propostas não aceites para adaptação a projeto uma explicação sobre o porquê dessa decisão.

Os departamentos tratam também de integrar num só projeto as propostas que se

assemelhem.

O Orçamento Participativo em números



C. METODOLOGIA

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA E DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO IMPLEMENTADOS NAS DIFERENTES FASES DO PROCESSO:

Os cidadãos puderam envolver-se em diversas fases do Orçamento Participativo: participando nas múltiplas sessões que se realizaram em diversos pontos do concelho ou em reuniões expressamente solicitadas ao coordenador do Orçamento Participativo, apresentando propostas e votando. Esta participação pôde fazer-se presencialmente ou através do site do Orçamento Participativo: <http://participe.cm-braga.pt/>.

D. RECURSOS ECONÓMICOS

ORÇAMENTO

Quantia global e percentagem sobre o total do orçamento da iniciativa/instituição:

O montante global é de 750.000 euros. Uma parte desta verba, 100.000 euros, destina-se ao Orçamento Participativo Escolar. Os 750.000 euros estão cabimentados no Orçamento para 2016 da Câmara Municipal de Braga.

ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

Procedência dos fundos (próprios, subsídios, contribuições...). Listagem de colaboradores especificando se são públicos ou privados.

Os projetos aprovados no âmbito do Orçamento Participativo são financiados pelo Orçamento da Câmara Municipal de Braga.

E. DIFUSAO DA INFORMACÃO E DEVOLUÇÃO AOS PARTICIPANTES

DESCRIPÇÃO DA INFORMACÃO DIFUNDIDA AO LONGO DO PROCESO

Tipo de informacão que foi difundida.

A iniciativa dispôs de meios de informacão própria. Foi editado um jornal intitulado Braga Participa, que contou com a colaboraçã especial de estudantes de estabelecimentos de ensino do município, convidados a exporem os seus pontos de vista sobre o que pode melhorar o concelho.

Também foi produzido um suplemento, incluído nos dos diários do Minho (Correio do Minho e Diário do Minho), que divulgou os projetos a votaçã.

Com o mesmo propósito de divulgar os projetos que foram votados em duas fases, foi realizada uma exposiçã patente ao público durante todo o período em que decorreram as duas votações.

O Orçamento Participativo foi amplamente divulgado através da generalidade dos suportes. Desde logo, através de publicidade inserida nos principais meios de comunicaçã social. Foram produzidos folhetos – com, por exemplo, informacão geral ou a calendarizaçã das sessões de divulgaçã – e cartazes de tamanhos diferentes, colocados nas juntas de freguesia ou em Mobiliário Urbano Para Informacão (MUPI).

Regularmente, foi fornecida informacão relevante sobre as diversas fases do Orçamento Participativo, que os meios de comunicaçã social (jornais, rádios e televisões) divulgaram e que circulou, amplamente, através das redes sociais. A divulgaçã foi ainda feita através dos ecrãs dos autocarros dos Transportes Urbanos de Braga.

No site do Orçamento Participativo a informacão foi constantemente atualizada.

DEVOLUÇÃO AOS PARTICIPANTES

A quem tem ido dirigida a informacão (general, individual, setorial), em que fase/s do processo, obrigatoriedade, meios/canais utilizados.

A informacão foi dirigida em primeira instância a todos os cidadãos com alguma ligaçã ao município de Braga, os que aqui votam, residem, trabalham ou estudam em Braga. Todos eles foram incentivados a participar ativamente nas várias fases do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Braga.

F. RESULTADOS

NUMERO TOTAL DE PARTICIPANTES NO PROCESSO E PORCENTAGEM SOBRE O TOTAL DO PUBLICO-ALVO. PERFIL DOS PARTICIPANTES.

Encontram-se inscritos no site do Orçamento Participativo 17062 cidadãos, que, assim, manifestam a vontade de intervir nas diversas fases desta iniciativa. O Orçamento Participativo Escolar mobilizou, além disso, alunos e professores de todos os agrupamentos escolares do concelho, cujos diretores ou seus representantes participaram nas várias reuniões que se realizaram.

FOI PRODUZIDA DOCUMENTAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS? , DE QUÉ TIPO? , É A DOCUMENTAÇÃO ACCESIVEL? , FOI DEVOLVIDA PARA A CIDADANIA?

Os resultados da votaçã do Orçamento Participativo foram divulgados numa sessã pública amplamente divulgada através dos meios de comunicaçã social de difusã local,

X DISTINÇÃO OI DP "BOA PRÁTICA EM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ"

FICHA DE CANDIDATURA



regional e nacional (jornais, rádios e televisões) e das redes sociais. O site do Orçamento Participativo também ofereceu com detalhe a informação sobre os resultados:

<http://participe.cm-braga.pt/9/imprensa>

IMPACTOS NA POLÍTICA PÚBLICA. POR FAVOR, INDIQUE SE LOGO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TIVERAM LUGAR CAMBIOS NA LEGISLAÇÃO, NAS ATUAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO (PLANES, PROJETOS ETC.), NO ORÇAMENTO E/OU NA GESTÃO MUNICIPAL.

O impacto na política pública é evidente, uma vez que cerca de uma dezena de projetos escolhidos pelos cidadãos serão executados pela Câmara Municipal de Braga em 2016. Para além disso, o município acolheu outras sugestões relevantes apresentadas no âmbito do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo Escolar.

Foram apresentadas 88 propostas por cidadãos da generalidade do território do município, circunstância demonstrativa da ampla implantação desta iniciativa, de todas as idades, de todos os níveis de escolaridade e de todos os estratos sociais. Na segunda fase do Orçamento Participativo, votaram 9455 cidadãos (no ano anterior, tinham votado cerca de metade). O Orçamento Participativo Escolar mobilizou alunos e professores de todos os agrupamentos escolares do concelho, cujos diretores ou seus representantes participaram nas várias reuniões que se realizaram.

IMPACTOS NOS ATORES. EFEITOS CULTURAIS NOS PARTICIPANTES E TAMBEM NO GOVERNO MUNICIPAL (TÉCNICOS, POLÍTICOS...)

Aumento da mobilização dos cidadãos do município em torno de casas, projetos, aprofundamento da participação, reforço do sentimento de pertença à comunidade e maior valorização da opinião pública pelos técnicos e pelos políticos.

O princípio geral do Orçamento Participativo é capacitar os cidadãos a intervir nos assuntos da governação do município, neles delegando a decisão relativamente ao que fazer com uma parte do Orçamento do Município. O Orçamento Participativo oferece aos cidadãos novos direitos e novas responsabilidades.

Como foi amplamente referido, o Orçamento Participativo quer estimular o exercício de uma intervenção cívica ativa, informada e responsável dos cidadãos, que são instados a decidir sobre a afetação de recursos às políticas públicas municipais.

Os departamentos da autarquia estão envolvidos no Orçamento Participativo, cabendo-lhes avaliar tecnicamente todas as propostas submetidas pelos cidadãos, verificando a sua conformidade com os parâmetros definidos. Em seguida, compete-lhes adaptar a projeto as que o estiverem. Os departamentos da Câmara Municipal encarregam-se ainda de fornecer aos cidadãos que apresentem propostas não aceites para adaptação a projeto uma explicação sobre o porquê dessa decisão.

Os departamentos tratam também de integrar num só projeto as propostas que se assemelhem.

IMPACTOS EXTERNOS. APLICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA NOUTRA CIDADE, POR OUTRA ORGANIZAÇÃO, TRANSFERIBILIDADE.

O êxito da iniciativa fez com que a metodologia adotada fosse olhada com a atenção muito interessada de cidadãos e autarcas de outros municípios.

G. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO.

DESCRIBA BREVEMENTE QUÉ TIPOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FOI PREVISTA (INTERNA/EXTERNA), ENTIDADE QUE IRÁ A REALIZAR A AVALIAÇÃO E PARÂMETROS QUE IRAO A SER MEDIDOS.

A avaliação é feita pelos cidadãos e pelas instâncias de governo do município.

INDIQUE SE A CIDADANIA PARTICIPA NA AVALIAÇÃO E/OU SE EXISTE UMA DEVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Os cidadãos participam nas diversas fases do processo. Desde logo, nas assembleias participativas, que servem para apresentar e discutir propostas, promovendo a participação. As assembleias participativas visam, além disso, dinamizar o debate público, escutar sugestões e prestar esclarecimentos sobre o Orçamento Participativo. Estas assembleias servem igualmente para avaliar o que se realizou, identificar áreas de melhoria e afinar este instrumento de participação.

O coordenador do Orçamento Participativo foi ouvido no âmbito de trabalhos académicos realizados na Universidade do Minho, que avaliam o impacto desta prática.

UMA VEZ QUE TERMINOU A AVALIAÇÃO, O GOVERNO MUNICIPAL PREVIU O SEGUIMENTO/MONITORIZAÇÃO DE PROCESSO POR PARTE DA CIDADANIA?

A execução dos projetos aprovados no âmbito do Orçamento Participativo será devidamente acompanhada pelos cidadãos.

H. RESUMO E CONCLUSOES

ELEMENTOS A DESTACAR DA EXPERIÊNCIA.

A qualidade da intervenção dos cidadãos, que se traduziu na apresentação de propostas de elevada qualidade, é um dos elementos que deve ser destacado. Também merece realce o facto de ter havido uma participação de cidadãos de todas as freguesias do município, de todas as idades, com diferentes níveis de literacia e, em muitos casos, de gente que se encontrava muito afastada da participação cívica e política.

DESAFIOS PARA ALCANÇAR.

O princípio geral do Orçamento Participativo é delegar nos cidadãos a decisão relativamente ao que fazer com uma parte do Orçamento do Município. O Orçamento Participativo oferece aos cidadãos novos direitos e novas responsabilidades.

Como foi amplamente referido, o Orçamento Participativo quer estimular o exercício de uma intervenção cívica ativa, informada e responsável dos cidadãos, que são instados a decidir sobre a afetação de recursos às políticas públicas municipais.

O Orçamento Participativo pretende: 1. Incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e sociedade civil organizada, na procura das melhores soluções para os problemas de acordo com os recursos disponíveis; 2. contribuir para a educação cívica, ajudando a compreender a complexidade dos problemas, a finitude dos recursos e

X DISTINÇÃO OI DP “BOA PRÁTICA EM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ”

FICHA DE CANDIDATURA



a necessidade de tomar opções que favoreçam o mais amplamente possível o bem comum; 3. fomentar competências e práticas de participação. Conjugando as preocupações pessoais dos cidadãos com o bem comum; 4. adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas para melhorar a qualidade de vida no concelho; 5. aumentar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para aprofundar a democracia.

RAZÕES PELAS QUAIS A EXPERIÊNCIA É CONSIDERADA INOVADORA.

O carácter inovador da iniciativa encontra-se no modo como foi combinado o Orçamento Participativo e o Orçamento Participativo Escolar e na metodologia adotada, suscetível de apelar a uma participação qualificada dos cidadãos do município.

O Orçamento Participativo contou com a edição de um jornal, intitulado Braga Participa, que contou com a colaboração de cidadãos, sendo de referir particularmente a de alunos dos estabelecimentos de ensino do concelho, chamados a apresentar propostas para melhorar a qualidade de vida no concelho. O jornal também divulgou boas práticas de Orçamentos Participativos estrangeiros. Além disso, ofereceu aos professores de várias disciplinas sugestões para que no âmbito do ensino curricular pudessem falar sobre o Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo mobilizou os cidadãos em torno de causas e projetos e afirmou uma real capacidade de decisão e de intervenção sobre temas municipais, permitindo aos cidadãos intervir, influenciar e opinar sobre projetos e investimentos que devem ser colocados ao serviço e à disposição de todos os interessados.